



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 08/2018.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 08/2018

PROCESSO SEI N. 0001556-82.2017.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA J FECCHIO JUNIOR - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E, DE FORMA EXCEPCIONAL, O FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **J FECCHIO JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, com sede na Rua México, n. 1785, Bairro Nova Porto Velho, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76820-152, Telefone: (69) 3219-2879 / 98466-0000, E-mail: ventosul.ro@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Carteira de Identidade RG nº 550817/SSP- RO e CPF nº 690.797.062-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 54/2021(evento [0678887](#)), de 27/05/2021, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018** (evento [0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, **a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023**.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor estimado deste Termo Aditivo ao Contrato n. 08/2018 é de **R\$ 541.663,08** (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos).

Subcláusula Primeira – O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário), é de R\$ **270.831,54**.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO 02122003320GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.39.16 , conforme Nota de Empenho desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Em decorrência do reajuste e da prorrogação consoante Cláusula Primeira, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, prorrogação da garantia contratual no valor de R\$ 27.083,15 (vinte e sete mil e oitenta e três reais e quinze centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste aditivo, observadas todas as condições e prazos constantes no contrato inicial (Cláusula Sexta) e na legislação referida (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93).

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 08/2018.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de maio de 2021.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo Contratante	JOÃO FECCHIO JUNIOR Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 08/2018/TRE-
RO
HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0301448) Vigência de 12 meses, a contar de 20/06/2018 até 20/06/2019. Valor: R\$ 252.408,00 Garantia: R\$ 12.620,40	R\$ 252.408,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425444) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 + Reajuste de 5.077% Valor: R\$ 541.663,08 Garantia: R\$ 26.522,27	R\$ 530.445,50	-
Apostila n. 1, assinada em ___/04/2021 – Volume XI do PA (evento n. 0681700). Reajuste de 2,40% referente ao acumulado do IPCA em abril/2019 a abril/2020, com efeito a contar de abril/2020. Valor que constou na apostila 1: R\$ 11.217,58. Garantia: R\$ 560,88.	R\$ 11.217,58	-
2º Termo Aditivo (assinado em ___/05/2021) – Volume XII do	R\$ 541.663,08	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PA (evento n. 0696317) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2021 até 20/06/2023 Valor: R\$ 541.663,08 Garantia: R\$ 27.083,15		
---	--	--

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 270.831,54
---	----------------

PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%
---	-------



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/06/2021, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 08/06/2021, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/06/2021, às 08:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/06/2021, às 08:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 09/06/2021, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0696317** e o código CRC **6710B980**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 6/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO

GABSAOFC.

À COSEG para conhecimento da Sra. Coordenadora,

Assunto: Possibilidade de prorrogação do Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)), celebrado entre a União e a empresa **J FECCHIO JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, para Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, da marca Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, com fornecimento de equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e, de forma excepcional, o fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos.

Sr. Secretário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando que o Contrato nº 08/2018 prevê expressamente a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe a cláusula demonstrada abaixo:

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

Considerando que a possibilidade de prorrogação contratual é matéria pacífica, uma vez que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, dispõe que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme abaixo demonstrado:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Grifo Nosso)

Considerando que a Instrução Normativa 004/2008 deste Egrégio Tribunal determina que compete ao gestor do contrato informar à Administração, por escrito, sobre o término da vigência dos contratos, apresentando as justificativas necessárias, de acordo com o o art. 28, I, "i" que assim dispõe:

Art. 28. Compete ao gestor do contrato:

I – quando houver designação de fiscal ou comissão de fiscalização para o contrato:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i) comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 60 (sessenta) dias para os processos relativos à inexigibilidade e dispensa de licitação, de até 90 (noventa) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Convite e Pregão; e de até 120 (cento e vinte) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Tomada de Preços e Concorrência, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

Considerando que o referido contrato teve o primeiro Termo Aditivo ([0425444](#)) o qual prorrogou o prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021, conforme a previsão contratual disposta na seguinte cláusula:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021; (...)

Considerando que o prazo de vigência do referido contrato tem sua vigência expirada na data de 21 de junho, deste ano corrente.

Considerando que esta unidade gestora consultou a empresa no que diz respeito ao interesse em prorrogar o referido contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023, de acordo com o evento SEI n. [0672162](#).

Considerando que a empresa J FECCHIO JUNIOR concordou pela renovação do contrato pelo prazo apresentado (de 21/06/2021 a 20/06/2023), segundo evento SEI n. [0675630](#).

Considerando que a norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. Em síntese, é indispensável pesquisar e comparar preços e demais condições ofertadas pelo mercado. Desta forma, esta unidade gestora expediu cotação de preços a fim de demonstrar a vantajosidade da prorrogação, consoante a expedição do evento SEI n. [0675794](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando que a fim de manter a garantia do Sistema VRF, conforme o anexo XVI [0235643](#) do contrato 22/2018, o serviço de manutenção do sistema VRF deverá ser prestado somente por empresas credenciadas pela FAM - AMAZÔNIA (Rede Mitsubish), desta forma esta unidade solicitou a lista de credenciados para fazer manutenção no sistema (evento SEI n. [0675639](#)), sendo um total de dois no Estado de Rondônia: O próprio prestador deste contrato e, adicionalmente, a AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº.08.078.066/0001-06, que não demonstrou interesse em responder a pesquisa de preços 001/2021 (evento SEI n. [0675664](#)).

Considerando que a finalidade pública será atendida com a prorrogação do contrato por período maior, uma vez que a contratada vem prestando um bom serviço, além disso tal fato irá proporcionar que esta unidade direcione seus recursos humanos para atividades complexas priorizadas pela Administração, diminuindo, sensivelmente, a sobrecarga com trabalhos corriqueiros como gestão de contratos.

Diante do exposto:

a) Perante a negativa de obter informações externas acerca da pesquisa de preços a fim de demonstrar vantagem para a Administração em prorrogar o contrato referenciado;

b) Que a prestação deste tipo de manutenção só pode ser efetuada por empresas credenciadas;

c) Que esta unidade enfrenta escassez de recursos humanos para dispendar horas-trabalho com trabalhos ordinários como prorrogação;

d) Que a Contratada vem prestando um serviço estritamente compatível com as missões deste Regional;

e) E que o ônus e esforço administrativo em que este Regional teria em elaborar e fazer publicar nova licitação para contratação do objeto em tela seria demasiadamente desproporcional:

Manifestamos-nos pela:

a) prorrogação do contrato 08/2018 (evento SEI n. [0301448](#)), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Por fim, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para apreciação e deliberação superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 07/04/2021, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0678231** e o código CRC **03838815**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato 08/2018/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do Edifício-sede e do Anexo II – Contratada: J FECCHIO JUNIOR.

PARECER JURÍDICO Nº 36 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, inicialmente dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/06/2018, e prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) mês, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consoante Contrato nº 08/10218 ([0301448](#)) e Termo Aditivo nº 01 ([0301448](#)), atualmente em execução.

02. O interesse de prorrogação do contrato citado veio aos autos por meio da Manifestação nº 6/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0678231](#)). O chefe da SEMAP noticiou o término da vigência do Contrato em comento, o interesse da Administração pela sua manutenção e a vantajosidade da prorrogação, ressaltando que a cotação de preço nº 001/2021 – SEMAP ([0675664](#)) elaborada pelo setor não obteve sucesso na quantidade de preços coletados, pois o mercado é restrito. Por fim, após apontar suas justificativas, a unidade gestora manifestou-se pela prorrogação do Contrato nº 8/2018 por mais 24 meses.

03. Registra-se que a contratada se manifestou favoravelmente à prorrogação do contrato ([0675630](#)).

04. Em seguida, o referido documento foi recebido pelo secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade que determinou a informação da disponibilidade orçamentária para o custeio da prorrogação, a elaboração da Minuta do Termo Aditivo e sua respectiva análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 481/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0679171](#)).

05. Após Informação nº 48/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0680282](#)), no qual a unidade gestora informa o impacto financeiro da prorrogação em comento, o coordenador de orçamento, finanças e contabilidade encaminha os autos a Seção de Programação Orçamentária e Financeira para atender o despacho citado ([0680354](#)).

06. Assim sendo, este setor juntou a programação orçamentária ([0680424](#)), no valor de R\$ 135.415,77 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e quinze reais e setenta e sete centavos), oportunidade na qual informou o pré-empenho nº 2021ND000193 e que a despesa pretendida pela administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

07. Por sua vez, esta seção juntou a minuta do termo aditivo nº 02 ao Contrato nº 08/2018 ([0683618](#)).

08. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0683619](#)). **É o necessário relato.**

II – DA PRORROGAÇÃO

09. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, **exceto** quanto aos relativos:

I – (...)

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

10. Conforme relatado na Manifestação nº 6/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0678231](#)), o Chefe da SEMAP registrou a necessidade de prorrogação, por mais 24 meses, do Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Anexo II deste Tribunal, da marca Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF – MULTI-SPLIT. Nesse contexto, deve-se analisar se o referido caso concreto preenche os requisitos previstos do dispositivo legal citado.

11. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos equipamentos componentes do sistema de climatização deste Regional, bem como à própria atividade desempenhada por este órgão, pois o calor excessivo da região afetaria negativamente o desempenho dos servidores e, conseqüentemente, o eleitor também teria um atendimento menor qualidade. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

continua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

12. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de **20/06/2018 (data de sua assinatura)**, com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

13. No tocante a necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário¹ (sem grifos no original)

14. Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão nº 551/2002 – Segunda Câmara:

9. Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original**. Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato.** Então, nesse



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspecto, **não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses.** (sem grifos no original)

15. Nesse mesmo sentido, são os Acórdão nº 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

16. Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU nº 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE.** (sem grifos no original)

17. Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. E, como se observa, no caso em tela, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida atende perfeitamente as necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme Manifestação juntada ([0678231](#)). Portanto, embora haja essa diferença no período de prorrogação solicitado, infere-se que não há regularidade jurídica neste aspecto.

18. Ademais, verifica-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, **não foi superado**, pois se trata da segunda prorrogação do Contrato nº 08/2018, perfazendo um ínterim limite de **60 (sessenta) meses**.

19. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a Administração**. Neste ponto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

20. Quanto a compatibilidade do preço praticado no Contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, conforme Manifestação juntada. Veja-se:

Considerando que a fim de manter a garantia do Sistema VRF, conforme o anexo XVI [0235643](#) do contrato 22/2018, o serviço de manutenção do sistema VRF deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser prestado somente por empresas credenciadas pela FAM - AMAZÔNIA (Rede Mitsubishi), desta forma esta unidade solicitou a lista de credenciados para fazer manutenção no sistema (evento SEI n. [0675639](#)), sendo um total de dois no Estado de Rondônia: O próprio prestador deste contrato e, adicionalmente, a AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº.08.078.066/0001-06, que não demonstrou interesse em responder a pesquisa de preços 001/2021 (evento SEI n. [0675664](#)).

21. Sobre o tema, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110):

De acordo com o inc. II do art. 57, a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração, afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e compara preços e demais condições ofertadas pelo mercado. **Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo executado a contento, de forma eficiente e eficaz**. Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterá recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)

22. Compreende-se da leitura deste excerto que a Administração poderá manter um contrato mesmo se o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a conveniência e a oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a relativização da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vantajosidade econômica prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

23. A pesquisa realizada no caso em tela não obteve um preço parâmetro baseado em uma pesquisa em diversas fontes, apesar dos esforços do setor responsável. Isso ocorreu principalmente pela restrição do mercado, haja vista que somente duas empresas podem realizar a manutenção e assistência técnica nos produtos de ar condicionados Mitsubishi Eletric, vendidos a este Tribunal pela FAM da Amazônia Indústria e Comércio LTDA, sem comprometer a sua garantia, ainda em vigência, conforme documentos juntados nos eventos 0235643 e 0414016.

24. A empresa AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO LTDA e a atual contratada são as credenciadas no estado de Rondônia pela fornecedora dos equipamentos. Aquela não retornou à cotação de preço ([0675664](#)), restando apenas o valor atualizado do atual contrato para verificar a vantajosidade econômica, que no caso é R\$ 541.663,08 (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos) ([0664516](#)).

25. Contudo, entende-se que deverá ser examinado a contratação em comento de forma global para verificar este pressuposto foi atendido, comprovando nos autos mediante outros meios idôneos o seu atendimento.

26. Nessa linha de reflexão, destaca-se que a alteração do valor do contrato na prorrogação, com aumento de **R\$ 11.157,58** (onze mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), é oriundo do reajuste solicitado pela contratante ([0664516](#)), previsto na Cláusula 15ª do Contrato nº 008/2018, mantém preço inicialmente contratado já que se trata de uma revitalização do poder aquisitivo da moeda em decorrência da inflação.

27. Além disso, na sua manifestação ([0678231](#)), a SEMAP consta o desempenho satisfatório do serviço e a onerosidade de uma nova licitação para contratação do objeto em questão. Assim, verifica que a vantajosidade está preenchida.

28. Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulada na Cláusula Segunda, do Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), *ipsi litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Nesses termos, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos legais, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

III – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

30. O Contrato nº 08/2018 estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de R\$ **12.620,40** (doze mil seiscentos e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução deste Ajuste e 3 (três) meses após o término de sua vigência.

31. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

32. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. Nessa linha, deverá a contratada ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

IV – ANÁLISE DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO

34. Juntou-se aos autos minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2018 ([0683618](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V – DA CONCLUSÃO

35. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende que a autoridade competente, observados os requisitos legais e a comprovação de disponibilidade orçamentária para suporte da despesa, poderá efetivar a **prorrogação contratual por mais 24 (vinte) meses, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.**

36. Quanto à minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos ([0683618](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

37. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 29/04/2021, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 29/04/2021, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0685018** e o código CRC **156EFB15**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ASSUNTO: Reajuste e prorrogação do Contrato nº 08/2018

DECISÃO Nº 54 / 2021 - PRES/GABPRES

Vistos.

Nos presentes autos eletrônicos, após regular processo licitatório, foi efetivada a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para **12 (doze) meses**, a partir de **20/06/2018**, conforme **Contrato Administrativo nº 08/2018 (0301448)**, atualmente em execução, com termo final em 20/06/2021, conforme anotado no item 1 da Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)).

Na atual fase, os autos foram conclusos a esta Presidência para análise e deliberação acerca de dois objetos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1) **reajuste do Contrato nº 08/2018**, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) referente ao período de abril/2019 a abril/2020;

2) autorização de **prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018** ([0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de **21/06/2021 a 20/06/2023**.

Compulsando os autos, verifico sua adequada instrução, bem assim, que os principais atos e documentos foram relatados nos pareceres e manifestações que integram o feito (eventos [0669328](#); [0676076](#); [0681661](#); [0681661](#); [0692859](#) e [0692940](#)).

Dessa feita, por razões de celeridade e economia processual, passo ao mérito.

1 - Do reajuste do Contrato nº 08/2018

Por meio do Ofício nº 01/2021 ([0664203](#)), a contratada solicitou reajuste com aplicação da variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE), a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista previsão contratual e preenchimento dos demais requisitos necessários para aplicação, anexando-se documento contendo informações acerca dos indicadores IBGE relativos ao IPCA do período de referência, **abril de 2019 a abril de 2020**, conforme previsão contratual.

A SAOFC, por sua unidade gestora do contrato (SEMAP), informou que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **2,40%**, **índice apurado pelo IBGE** ([0664471](#)). Além disso, demonstrou mediante tabelas os reflexos do reajuste pretendido no contrato n. 08/2018 ([0301448](#)) e salientou a necessidade do reconhecimento de dívida de diferença financeira relativa ao exercício de 2020. Seguindo, encaminhou o feito à SECONT para elaboração da minuta de apostila e à Assessoria Jurídica (AJDG) para emissão de parecer jurídico ([0664988](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 01 ([0665770](#)). Por meio do Parecer Jurídico nº 10/2021 ([0669328](#)), a AJDG opinou pela aplicação do reajuste contratual no patamar de 2,40% (dois vírgula quarenta por cento) referente aos meses de abril de 2019 a abril de 2020, com efeitos financeiros a partir de abril de 2020, e aprovou os termos da minuta de Apostila nº 01 ([0665770](#)), em observância ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Por fim, alertou o gestor acerca da obrigatoriedade dos reajustes previstos em cláusula contratual se darem de forma automática pela Administração e anotou a necessidade de notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato.

No mesmo trilhar, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento); pela atualização dos valores do Contrato n. 8/2018 ([0301448](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 541.663,08** (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos) e complementação da garantia no valor de **R\$ 560,88** (quinhentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do reajuste (evento [0671043](#)).

A Diretoria-Geral, nos termos da Manifestação 78 ([0681661](#)), opinou pela possibilidade de **autorização do reajuste do Contrato nº 08/2018; pelo reconhecimento de dívida no valor de R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**, referente à despesa de exercício anterior (2020), por não haver empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato, além de outros procedimentos de cunho administrativo.

É o relatório.

Como dito preambularmente, a empresa contratada pretende o reajuste do valor do contrato pela variação do índice IPCA de referência, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em execução.

Examinando o teor da avença firmada, verifica-se a expressa previsão de reajuste na Cláusula Décima Quinta do Contrato, alterada pelo Termo Aditivo 01, verbis:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

Consoante os termos contratuais acima transcritos, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto, não se fazendo necessária manifestação da contratada para sua operacionalização.

In casu, é possível observar que o primeiro reajuste foi concedido mediante o Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)), referente ao período de **maio de 2018 a maio 2019**, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.

Conclui-se, portanto, que o reajuste pleiteado está amparado legalmente, pois tem previsão em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado.

Desse modo, com efeitos financeiros a partir do mês de abril/2020, conforme informações contidas no evento [0664516](#) e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

As informações sobre **pesquisa de mercado e aferir a economicidade na prorrogação contratual**, foram devidamente apresentadas pela SAOFC/COSEG, conforme evento [0692859](#).

Outro aspecto digno de registro é no sentido de que a concessão do reajuste, com efeitos financeiros desde o mês de abril/2020, ocasionará um impacto financeiro de **R\$ 11.217,58** (onze mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), no período de 12 (doze) meses, com a atualização dos valores do Contrato na ordem de **R\$ 541.663,08** (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado.

Há que se ressaltar, ainda, que conforme informado pela SEMAP ([0664516](#)), não há necessidade de reforço ou suplementação para suportar o referido reajuste no presente exercício. Contudo, para o pagamento do valor de **R\$ 4.044,49** (**quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos**), referente à despesa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de exercício anterior (2020), para o qual não há empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato, será necessário o reconhecimento de dívida.

2 - Autorização de prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#))

Consoante destacado pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral no Parecer Jurídico 36 ([0685018](#)), o primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua** (inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93).

Nessa senda, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos equipamentos componentes do sistema de climatização deste Regional, bem como à própria atividade desempenhada por este órgão, pois o calor excessivo da região afetaria negativamente o desempenho dos servidores e, conseqüentemente, o eleitor também teria um atendimento de menor qualidade.

Outro relevante aspecto vem consubstanciado na assertiva: “*iguais e sucessivos períodos*”. Tal requisito encontra-se atendido, pois o presente contrato, vigente desde **20/06/2018 (data de sua assinatura)**, com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. Nesse sentido, são os Acórdãos nº 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário, pois ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial. Confirmando tal entendimento, tem-se também a Orientação Normativa AGU nº 38/2011.

Registre-se, por oportuno, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi superado, pois se trata da segunda prorrogação do Contrato nº 08/2018, perfazendo o íterim limite de 60 (sessenta) meses.

Somado a isso, a análise da proposta de prorrogação contratual passa por uma terceira ótica: **vantajosidade para a Administração**, a qual, neste caso, deve levar em consideração, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

Relativamente à pesquisa de mercado, o espectro de consultas ficou restrito. Isso porque **apenas duas empresas** podem realizar a manutenção e assistência técnica nos produtos de ar condicionados Mitsubishi Eletric, vendidos a este Tribunal pela FAM da Amazônia Indústria e Comércio LTDA, sem comprometer a sua garantia, ainda em vigência, conforme documentos juntados nos eventos [0235643](#) e [0414016](#), quais sejam, a própria empresa contratada e a **empresa Airclean**, que ficou-se inerte mesmo sendo reiteradas vezes consultada pela Coordenadoria de Serviços Gerais deste Tribunal ([0692859](#)).

De toda sorte, ainda no contexto da vantajosidade, a SEMAP, em sua manifestação ([0678231](#)), constata o **desempenho satisfatório do serviço e a onerosidade de uma nova licitação para contratação do objeto em questão**. Diante de tais premissas, verifica-se que está preenchido este requisito da prorrogação contratual.

Também se revela importante a análise da demonstração da situação de regularidade para contratar com a Administração Pública. Nessa toada, ao autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato n. 08/2018, deve a empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, se necessário, **atualizar nos autos a situação de regularidade para contratar com a Administração Pública**.

Por derradeiro, constato que as minutas relativas ao reajuste e prorrogação contratual foram devidamente aprovadas pela AJDG, conforme pareceres colacionados nos eventos [0669328](#) e [0685018](#), cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Ante as informações coligidas, considerando as ponderações das unidades previamente ouvidas, bem assim, a constatação de previsão legal e contratual para o reajuste pretendido pela empresa contratada, decido:

I - Autorizar o reajuste do Contrato nº 08/2018, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) referente ao período de abril/2019 a abril/2020, tendo um impacto financeiro de **R\$ 11.217,58** (onze mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Cláusula Décima Quinta do Contrato Originário, conforme registrado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na minuta de Apostila nº 01 ([0665770](#)), nos termos do § 8º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, devidamente aprovada pela AJDG;

II - Autorizar a prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de **21/06/2021 a 20/06/2023**, fulcro [artigo 57, II, Lei nº 8.666/1993](#) c/c a Cláusula Segunda do referido Contrato, consoante registrado na minuta de Termo Aditivo n. 02 ([0683618](#));

III - Reconhecer a dívida no valor de R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), referente à despesa de exercício anterior (2020), por não haver empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato;

IV - Determinar a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila; e

V - Determinar a notificação da Contratada para complementação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura da Apostila, no valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Sexta do Contrato originário.

À Diretoria-Geral para as providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 27 de maio de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 27/05/2021, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/05/2021, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0678887** e o código CRC **BD77B8CA**.